

A DITADURA MILITAR NO CENTRO DA NARRATIVA NEGACIONISTA DO OLAVO DE CARVALHO NA CENA PÚBLICA BRASILEIRA

The military dictatorship at the center of Olavo de Carvalho's denialist narrative on the
brazilian public scene

Gabriela Cruz Abreu⁴⁰

Resumo: Olavo de Carvalho tornou-se, no tempo presente, um dos principais representantes do negacionismo no Brasil e sua narrativa repleta de falseamentos históricos, especialmente no que tange ao tema da Ditadura Militar é considerada um potente veio discursivo disseminador de negacionismos na cena pública. Logo, este trabalho tem como objetivo central compreender as bases da retórica discursiva do ensaísta e pensar como as ramificações do seu pensamento se proliferaram no debate público nos últimos anos. Ademais, é imprescindível pensar essa proliferação apenas nas mídias digitais, onde o mesmo teve maior alcance, mas também nos veículos tradicionais da mídia, como os jornais, onde Carvalho pôde estruturar sua narrativa escatológica e negacionista no início dos anos 2000.

Palavras-chave: Negacionismo. Ditadura Militar. Olavo de Carvalho.

Abstract: Olavo de Carvalho has become, at present, one of the main representatives of denialism in Brazil and his narrative full of historical falsifications, especially regarding the theme of the Military Dictatorship, is considered a powerful discursive vein that disseminates denialism in the public arena. Therefore, this work has as its main objective to understand the bases of the essayist's discursive rhetoric and to consider how the ramifications of his thinking have proliferated in the public debate in recent years. Furthermore, it is essential to consider this proliferation only in digital media, where it had greater reach, but also in traditional media outlets, such as newspapers, where Carvalho was able to structure his eschatological and denialist narrative in the early 2000s.

Keywords: Denialism. Military Dictatorship. Olavo de Carvalho.

⁴⁰ Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista pela CAPES e membro do Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI. Email: gabrielaabreu@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5072315233157462>.



Introdução

As pessoas apresentam interesse e fascínio pela história, mas não necessariamente pelos historiadores. O historiador Fernando Nicolazzi (2019) foi certo ao fazer essa afirmação e ela pode ser comprovada de inúmeras formas ao observarmos a cena pública brasileira e os debates travados em torno dela. Logo, é evidente que a Ditadura Militar é um passado sensível e mobilizador de emoções e ressentimentos, bem como um passado que se faz sempre presente nos debates públicos fora da academia e da ciência histórica. Com isso, percebemos o interesse do público por esse passado, mas não necessariamente pelos historiadores e historiadoras que o estudam, fazendo com que outras narrativas ganhem espaço nessa esfera social.

Nesse sentido, no tempo presente “o aumento da negação ou da adesão a “verdades alternativas”, foi estimulado nos últimos anos por um acionamento abusivo de afetos e sentimentos primários” (Meneses, 2020, p. 46). Esse acionamento de emoções, citado por Meneses, corrobora para a construção de um cenário propício para a emergência de discursos reacionários e negacionistas, mobilizados constantemente para fins políticos e ideológicos, que colocam em disputa o conhecimento histórico e deslegitimam seus profissionais.

Portanto, a figura de Olavo de Carvalho é central nas discussões em torno desse debate sobre a profusão de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar na esfera pública. Posto que, Carvalho é um personagem crucial para a estruturação velada do negacionismo no Brasil. Antes mesmo do advento das mídias sociais e da disseminação em massa da sua narrativa escatológica, o guru da extrema-direita já publicava textos com teor negacionista sobre a Ditadura Militar em jornais de grande circulação como O Globo, o Jornal da Tarde e a Folha de S. Paulo no início dos anos 2000.

Sendo assim, fica notório que a produção discursiva do Olavo de Carvalho não é elaborada de maneira aleatória e seu discurso, seguindo as teorias do Foucault (2013), enquadra-se como um acontecimento histórico possuidor dos seus polos de produção próprios e articulados, obedecendo aos interesses e relações de poder do seu produtor.



Pois, foi com a articulação desses discursos na imprensa jornalística, garantindo lugar de fala a personalidades negacionistas como Olavo de Carvalho e Kim Kataguiri nos anos iniciais do século XXI, que o negacionismo tornou-se o fenômeno que é atualmente, com proporções estrondosas e campo de propagação frutífero nas mídias digitais.

Sendo assim, o presente artigo pretende abordar a estruturação do negacionismo histórico no Brasil, com ênfase na retórica discursiva do Olavo de Carvalho, um dos principais representantes dos falseamentos sobre o passado e cuja narrativa possui, até os dias atuais, mesmo após o seu falecimento, uma grande disseminação na cena pública, especialmente nas redes sociais. A linguagem escatológica e maniqueísta do mesmo tornou-se um dos veios negacionistas de maior alcance no tempo presente, tendo sua estruturação inicial em meados dos anos 1990 e início dos anos 2000 em jornais de grande circulação, como apontado anteriormente.

Retórica do ódio e ódio ao conhecimento científico: o negacionismo olaviano

Primeiramente, se faz necessário fazer um breve esboço sobre a trajetória do Olavo de Carvalho enquanto ensaísta e articulista para compreender as bases estruturais da sua retórica discursiva. Além da sua atuação em veículos tradicionais da mídia, como jornais, Carvalho construiu seus próprios aparelhos privados de hegemonia para a publicação dos seus ensaios, como o blog *Mídia Sem Máscaras* e o seu Curso de Filosofia. Em fins dos anos 1980 e anos 1990, o então autodeclarado filósofo escreveu diversos livros e ministrou cursos e palestras pelo Brasil, destacando sua teoria conspiratória como principal marca da sua retórica discursiva (Calil, 2021).

Além das teorias conspiratórias e das falas extravagantes, como “[...] a Pepsi Cola está usando células de fetos abortados como adoçante nos refrigerantes” (Carvalho, 2018a), também fez parte de maneira marcante e contundente do seu discurso o anticomunismo e a construção de uma narrativa escatológica de terror, como se o comunismo fosse o responsável pela “ruína da sociedade” e destruição dos valores cristãos. Ademais, ele acusa o filósofo italiano Antonio Gramsci de promover uma



cultura capaz de corroer os princípios morais da sociedade e com isso, instaurar uma revolução comunista.

Olavo de Carvalho foi colunista de alguns dos jornais de maior circulação do país, e foi por isso que o mesmo conseguiu atingir uma projeção pública relevante a ponto de conseguir investir em seus próprios canais privados de comunicação. Assim, em 2002 ele lançou seu blog, o Mídia Sem Máscara (MSM), que segundo apontado por Gilberto Calil (2021), foi o principal instrumento de difusão das suas ideias por mais de uma década e foi assim que o mesmo conseguiu se impor como uma referência intelectual da extrema-direita.

Assim, foi apontado anteriormente um pouco da trajetória do guru da extrema-direita e de como seu discurso foi se consolidando ao longo dos anos na esfera pública. Entretanto, se faz necessário também compreendermos as raízes dessa narrativa e as influências intelectuais que embasaram as ideias de Carvalho. O cientista político Jorge Chaloub (2022) demonstra em seus estudos que a linguagem do Olavo de Carvalho é fruto de três ramificações centrais, sendo elas: o reacionarismo, espelhado, especialmente, em autores como René Guénon e Eric Voegelin, o conservadorismo do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)⁴¹ e o neoconservadorismo norte-americano. Sendo sua influência intelectual primordial a tradição reacionária.

O ponto de inflexão pertinente a ser elencado é o conceito de reacionarismo, que muitas vezes é utilizado, erroneamente, como sinônimo de conservadorismo. Na verdade, a teoria reacionária, conforme destacam os autores Paulo Henrique Paschoeto e Christian Edward Cyril consiste em uma expressão radicalizada do conservadorismo, se distinguindo deste último. O reacionarismo tem suas origens nos esforços contra revolucionários durante e após a Revolução Francesa e naquele contexto, o maior intuito

⁴¹ O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) surgiu em 1949 e a Revista Brasileira de Filosofia, seu órgão oficial, em 1951. O IBF foi criado com o objetivo histórico de dar uma resposta no sentido de equalizar a crise hegemônica, partindo do campo filosófico, no qual o marxismo, no Brasil, estava em evidente desvantagem, pois contava com pouquíssimas contribuições originais no campo da filosofia, e dependia de manuais soviéticos. O IBF teve como líder Miguel Reale, que o coordenou até 2006, ano de seu falecimento. As contribuições de Reale e suas formulações teóricas e políticas estavam no cerne dessa organização de intelectuais.



do movimento era reestabelecer a monarquia na França. Logo, o reacionarismo representa:

“[...] a possibilidade de regeneração de uma ordem perdida por meio de uma aceleração da ruptura com a ordem vigente. Assim, ao contrário do conservadorismo, o reacionarismo não pode agir no interior das instituições políticas estabelecidas: mesmo que reacionários participem do jogo eleitoral, seu horizonte de ação tem que ser, constantemente, a negação das instituições vigentes e sua superação por um modelo fiel à ordem política legítima, que fora injustamente destruída por “revolucionários” imaginários ou reais – tanto liberais como socialistas” (Cassimiro, Lynch, 2022, p. 596).

Ainda segundo Chaloub (2022), são atributos notórios do pensamento olavista a mobilização dos seguidores através dos chamados à violência, o negacionismo, a construção de inimigos públicos, as críticas à modernidade, o ataque direto aos seus legados, o antirracionalismo universalista e o anti-intelectualismo. Afinal, o desprezo pela ciência e pelas Universidades são mais um traço essencial do discurso olaviano e o êxito do seu pensamento é fruto de uma dupla negação, tanto a competência das instituições científicas, como também a complexidade dos fenômenos do mundo (Wink, 2022, p. 228).

Outrossim, sabe-se que “o negacionista despreza as evidências, que ele considera falsas ou mentirosas. Comumente cria outra realidade, oposta àquela que ele nega. O negacionismo pode ser acompanhado do fanatismo. O negacionista está convencido de sua verdade” (Cassorla, 2021, p. 46). Nesse sentido, fica evidente que, com o intuito de fazer com que seu discurso seja aceito pela opinião pública, Carvalho descredibiliza os seus críticos, por isso o ataque constante aos professores e cientistas. Dessa forma, esses ataques e o desmonte da educação no Brasil tornaram-se uma política permanente da agenda da extrema-direita.

Outro ponto de inflexão relevante no que tange o debate sobre a linguagem discursiva do Olavo de Carvalho é pensar o seu tipo de narrativa e como ela se estrutura. Para isso, João Cezar de Castro Rocha, em seu livro “Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político” (2021) desenvolveu o conceito de retórica do ódio, com base em seus estudos sobre o contexto político do país e a profusão de discursos de caráter reacionário e violento na sociedade brasileira hodierna.



Dessarte, estudar a mentalidade bolsonarista e o seu intuito de utilizar a guerra cultural para mobilizar as massas é importante para trazer à tona aspectos relacionados à história da Ditadura de 64 e à articulação do movimento de reorganização da direita brasileira a partir de 1980. Movimento esse que, conforme o autor, na década de 2010 foi associado à onda conservadora, o que desencadeou a organização da extrema-direita para as eleições de 2018. Assim, a guerra cultural existente no Brasil, se beneficia de uma técnica discursiva denominada retórica do ódio, que foi propagada nos últimos anos por Olavo de Carvalho e conduziu o país ao caos social, à paralisia da administração pública, ao analfabetismo ideológico e o desprezo pela ciência, fatos esses que estruturam o bolsonarismo.

Por essa perspectiva, o autor se preocupa ao longo do livro em revelar os truques da retórica do ódio e discutir as graves consequências do analfabetismo ideológico. Além de, no tocante à memória dos anos de chumbo, experimentar uma circunstância específica, intimamente relacionada ao movimento negacionista da extrema-direita. Como resultado, sabe-se que a apologia à Ditadura esteve presente durante toda a campanha eleitoral e o próprio governo de Jair Messias Bolsonaro, que conversou, direta e indiretamente, com o autoritarismo, o neofascismo e com práticas ditatoriais comuns à Ditadura de 64. Como exemplo disso, o autor pontua no livro o sentido da guerra cultural bolsonarista, que é a eliminação sumária do outro, sempre visto como inimigo. Ou seja, o ataque constante à oposição e o desejo de aniquilamento da esquerda brasileira.

Para mais, João Cezar de Castro aponta que um dos vértices pertinentes da guerra cultural bolsonarista é a narrativa de Olavo de Carvalho e seu poder de manipulação coletiva por meio, sobretudo, da tecnologia de comunicação digital e, anteriormente, pelos seus trabalhos na imprensa jornalística no início do século XXI. Dessa maneira, caracterizando o bolsonarismo como movimento, ele é composto de uma gama de ideias e padrões de comportamento dotados por uma lógica própria.

Posto que, é relevante salientar, o negacionista não é, necessariamente, irracional ou desinformado e a prática da negação um problema de raiz cognitivo-psicológica, pelo contrário, os negacionistas bebem das suas próprias fontes (Szwako, 2020). Assim como,



apesar da narrativa olavista possuir uma coerência interna, isso não legitima o seu discurso do ponto de vista ético e político e muito menos garante a ele um caráter científico, pois não atende às metodologias necessárias para a produção do conhecimento e surge como uma alternativa ao programa metodológico cartesiano (Oliveira, 2020).

Nesse sentido, a retórica do ódio, conforme aponta o autor, é a linguagem específica do bolsonarismo, e a mesma se utiliza de diversas ferramentas discursivas próprias. Essa linguagem é repleta de dramaticidade e clichês anticomunistas com a finalidade de eliminar simbolicamente o divergente. A cristalização dessa retórica reúne tudo aquilo que não confirma suas convicções que, usualmente, são radicalizadas. Por fim, a retórica do ódio adota um tom alarmista que, aliado ao eixo da guerra cultural, é eficiente em reunir certa coesão social capaz de resistir a qualquer aspecto da realidade que se encontre em rota de colisão.

Dessa forma, o autor reitera a importância de mapear a atuação da retórica negacionista de Olavo de Carvalho nos seus mais diversos meios de propagação:

“Já disse e redisse: é preciso passar da caricatura à caracterização e, em lugar de reduzir a análise à crítica óbvia do caráter reacionário da letra, deve-se mapear a virtual onipresença da propagação de Olavo de Carvalho em meios os mais diversos: impresso, rádio, universo digital, música popular, redes sociais, produtos audiovisuais, uma miríade-legião de seguidores-youtubers e institutos-think-tanks que se multiplicam como se não houvesse amanhã” (Rocha, 2021, p. 65).

Por esse prisma, como pontuado pelo autor na citação acima, é preciso mapear a atuação do guru da extrema-direita nos mais diversos meios de propagação do seu discurso. Por isso, no tópico a seguir, analisaremos algumas das colunas publicadas por Olavo de Carvalho no jornal O Globo no início dos anos 2000.

Os anos de chumbo no centro do negacionismo olavista no jornal O Globo

Como apontado anteriormente, neste tópico analisaremos alguns trechos retirados das colunas do Olavo de Carvalho publicadas no jornal O Globo. As colunas foram



catalogadas através do acervo digital do periódico entre os anos de 2000 a 2006, período em que Carvalho trabalhou no jornal, e as matérias retiradas são àquelas que fazem usos abusivos do passado ditatorial brasileiro e apresentam teor negacionista ou de abrandamento desse passado e dos crimes cometidos no período.

Afinal, a Ditadura Militar é um passado extremamente sensível da história do país e que não foi devidamente trabalhado na sociedade brasileira, por isso ainda é alvo de controvérsias a respeito dos acontecimentos e mobilizados de afetos, emoções e ressentimentos. Outrossim, foram descobertos usos políticos e ideológicos amplos desse passado, tanto que o Presidente da República anterior, Jair Bolsonaro, foi eleito fazendo apologias à Ditadura e a torturadores, como Brilhante Ustra. Dessa forma, a fim de pensar essas questões, destacamos a seguir um trecho de uma coluna escrita pelo Olavo de Carvalho no Globo, vejamos:

“Benito Mussolini resumiu a doutrina fascista numa regra concisa: “Tudo para o Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado.” No Brasil, se você é contra essa ideia, se você é a favor da iniciativa particular e das liberdades individuais, logo aparece um chimpanzé acadêmico que tira daí a esplêndida conclusão de que você é Benito Mussolini em pessoa. E não caia na imprudência de imaginar que essa conversa é demasiado pueril para enganar o resto da macacada. Quando você menos espera, guinchados de ódio cívico se erguem da plateia, e uma frota de micos, lêmures, babuínos, orangotangos e macacos-prego se precipita sobre você, às dentadas, piamente convicta de estar destruindo, para o bem da humanidade símia, um perigoso fascista. Cuidado, portanto, com o que diz por aí. Você não faz ideia da autoridade intelectual dos chimpanzés na terra do mico-leão” (Carvalho, 2000).

O texto em questão é de julho de 2000 e demonstra, distintamente, o desprezo do Olavo de Carvalho pelos intelectuais acadêmicos, como apontamos no tópico anterior. Percebe-se que ele faz esse exercício estratégico de menosprezar o outro, ridicularizar ao fazer comparações com animais e cita Mussolini, líder fascista, para representar o viés do seu discurso. Assim, ele coloca a sua “verdade” como sendo a única plausível e descredibiliza o trabalho dos acadêmicos que discordam dessa “verdade”.

Já em outra coluna, essa publicada no ano de 2001, Carvalho deixa explícito o seu apreço pelo regime autoritário instaurado em 1964 no país. Observemos:



“Há trinta anos não se vê nos jornais deste país, exceto em raros artigos assinados por dissidentes marginalizados, uma única menção às violências cometidas pelos esquerdistas contra o mais brando e tolerante dos regimes autoritários; regime que só tardiamente e a contragosto consentiu no endurecimento de 1968, depois de falhadas todas as tentativas de conter a violência revolucionária mediante o expediente incruento das demissões e cassações, e depois que 84 bombas terroristas já tinham explodido em vários estados, matando transeuntes que nem tinham ideia do que se passava” (Carvalho, 2001).

Importante ressaltar que, ele não nega o caráter autoritário do regime, o que não configura uma negação declarada do acontecimento. Em vez disso, ele promove o abrandamento desse passado, afirmando que foi o regime mais brando e tolerante de todos e que, quando precisou ser mais duro, em 1968 com a promulgação do AI-5⁴² foi na intenção de conter a violência promovida pela esquerda. Então, percebe-se um duplo caráter negacionista, ele relativiza as violências cometidas pelo Estado autoritário e culpabiliza a esquerda, criando a ideia de um “inimigo comum” e apelando para o ódio e as emoções ressentidas das pessoas.

Ou seja, percebe-se que o antipetismo tão presente na contemporaneidade, que foi um dos fatores relevantes para o avanço do conservadorismo no cenário político brasileiro, e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é um sentimento e uma política estratégica que vem sendo construída e inserida no debate público há anos, tendo início com o anticomunismo nos anos iniciais do século XX, na verdade.

Fica evidente, ao longo da análise das narrativas presentes nas colunas, que o elemento do anticomunismo é um vetor aglutinador da retórica do ódio de Carvalho e está presente em uma parcela significativa dos textos catalogados. Vejamos mais um exemplo:

“Malgrado as dificuldades e limitações que terá de enfrentar, o julgamento dos guerrilheiros do Khmer Vermelho, que o governo do Camboja e as Nações Unidas

⁴² O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi uma norma legal outorgada pelos militares durante o período da Ditadura Militar. Por meio desse ato institucional, os presidentes militares tiveram um aumento significativo nos seus poderes para promover a repressão no país. Esteve em vigência até dezembro de 1978 e deu início à fase mais dura da Ditadura Militar, fortalecendo as arbitrariedades cometidas pelos militares na perseguição aos inimigos do regime. O AI-5 promoveu maior centralização do poder e aumentou os poderes do presidente empossado. Assim, o presidente poderia decretar o fechamento por período indeterminado do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores. Poderia também decretar a intervenção do governo federal em municípios e estados sem se preocupar com os ditames da Constituição de 1967.



anunciam para este ano, pode ser o primeiro passo para uma tomada universal de consciência de que os colaboradores de regimes comunistas são culpados de crimes contra a humanidade, exatamente no sentido e na medida que o foram os nazistas condenados pelo Tribunal de Nuremberg” (Carvalho, 2001).

No extrato acima, nota-se a tentativa de igualar ou aproximar o comunismo do nazismo, artifício utilizado pela extrema-direita nos dias atuais também. Mas o fator que chama atenção é o termo “crimes contra a humanidade”, pois enquanto no trecho analisado anteriormente, ele abrandava os crimes e violações dos direitos humanos cometidos durante a Ditadura Militar, aqui, referindo-se ao comunismo, ele cita que os culpados devem ser punidos. Ou seja, ele utiliza a pauta quando lhe é conveniente, ignorando a memória das vítimas, o sofrimento das famílias e todas as questões sensíveis que envolvem os crimes contra a humanidade e as questões de memória, justiça de transição entre outros.

Considerações Finais

Portanto, diante das análises e discussões feitas ao longo desse texto, fica notório que a construção dessa política negacionista que está posta na realidade brasileira na contemporaneidade é fruto de uma estruturação velada existente no país desde meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, sendo arquitetada pelos canais de comunicação e pela mídia tradicional, antes mesmo do advento da Internet.

Por esse viés, entende-se que essa profusão de negacionismos históricos no tempo presente é uma questão fundamental para ser pensada pelos historiadores e historiadoras, posto que além desses discursos invalidarem, constantemente, os trabalhos e as pesquisas historiográficas, ainda são altamente nocivos para o tecido social. Logo, corroboram com o analfabetismo político, o abrandamento dos passados autoritários, os apelos às políticas de esquecimento e favorecem o avanço da extrema-direita reacionária no país.

Como observado ao longo do texto, fica evidente que as questões tratadas aqui são fundamentalmente referentes ao tempo presente e abordam questões sensíveis como o passado ditatorial brasileiro, os apelos aos ressentimentos e emoções articulados pelos negacionismos e narrativas de falseamento entre outros, por isso é pertinente refletirmos



sobre o papel do profissional da história ao lidar com essas questões sensíveis e contemporâneas.

Esse é um ponto de inflexão que considero importante pois, os debates travados ao longo desse texto são fruto da minha pesquisa de Mestrado que venho desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense – UFF, então todas as colocações pontuadas aqui estão sendo refletidas e aprofundadas ao longo da escrita da dissertação.

Assim, um dos desafios enfrentados pelos pesquisadores e pesquisadoras que pensam essas questões inerentes ao tempo presente é justamente estabelecer um olhar e uma percepção aguçada sobre os ritmos temporais, estabelecer um distanciamento necessário e posicionar-se de maneira profissional e ética sobre as problemáticas do tempo presente. Além de afinar suas bases historiográficas para observar os passados que não passam, no caso dos negacionismos históricos, isso é extremamente relevante, visto que a maioria dos passados alvos de negação são aqueles sempre presentes na contemporaneidade (Rousso, 2016).

Por fim, entendo que a pesquisa sobre negacionismos vai muito além de um estudo historiográfico e acadêmico, que claro, julgo ser algo de relevância extrema, mas penso que o trabalho com essa temática e com a Ditadura Militar envolve questões altamente profundas para a construção de uma sociedade que conhece o seu passado, mais justa e que enfrenta os autoritarismos. Pois, “fazer HTP hoje é, de uma maneira mais geral, pensar a partir e para nosso mundo com base no que chamamos de alteridade/diferença, como parte de um conjunto de esforços muitas vezes mais amplos e ético-politicamente claros” (Leite, Rangel, Rodrigues, 2022, p. 56).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALIL, Gilberto. **Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita**. Vitória: Argum, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago., 2021.

CARVALHO, Olavo. Em busca da justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 ago 2001.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 10 out. 2024.

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X



CARVALHO, Olavo. Os novos ditadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 set 2001.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CARVALHO, Olavo. **Pepsi Cola e o uso de fetos abortados**. [S. 1.], 2018a. 1 vídeo [1min. 10seg.] Publicado pelo canal Cheirando Moura. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=juosSdseqXA&abchannel=ANovaLoiradoChan>.

Acesso em: 20 out. 2024.

CARVALHO, Olavo. Que é o fascismo? **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jul 2000. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CASSIMIRO, Paulo Henrique; LYNCH, Christian Edward. **Reacionarismo**. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. (Org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Editora CEPE, p. 291-294, 2022.

CASSORLA, Roosevelt M. S. **Arrancando os olhos: reflexões sobre negacionismo**. Campinas: *Jornal da Psicanálise*, 54 (101), 35-55, 2021.

CHALOUB, Jorge. **Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho**. Curitiba: Dois pontos, v. 19, n. 2, p. 78-96, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LEITE, Augusto B.; RANGEL, Marcelo; RODRIGUES, Rogério. **Os tempos da História: novas perspectivas**. In: RODRIGUES, Rogério; CUBAS, Caroline; OLIVEIRA, Fernanda; CONEDERA, Leonardo (Org.). **Fio que se faz trama: a História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica**. Vitória, ES: Editora Milfontes, p. 37-60, 2022.

MENESES, Sônia. **Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história**. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, p. 43-55, 2020.



NICOLAZZI, Fernando. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.** Revista História Hoje, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico.** In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Org.). Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Milfontes, p. 81-100, 2020.

ROCHA, João César de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político.** Goiânia: Caminhos, 2021.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SZWAKO, José. **O que nega o negacionismo.** Cadernos de Subjetividades, São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 71-78, 2020.

WINK, George. **Olavo de Carvalho.** In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. (Org.). Dicionário dos Negacionismos no Brasil. Recife: Editora CEPE, p. 227-229, 2022.